

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.518 - CE (2019/0271579-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
RECORRIDO : **FRANCISCO PASTOR DOS SANTOS**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
INTERES. : **LOCBOX -LOCACAO DE BOXES E EQUIPAMENTOS LTDA**
ADVOGADO : **MARCOS ANTÔNIO DIAS PASSOS - CE012070**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado, no que interessa (e-STJ fls. 1.022/1.023):

IMPOSSIBILIDADE DE *BIS IN IDEM*. PROVIMENTO.

(...)

5. A empresa LOCBOX contratou o senhor Francisco Pastor dos Santos para obra de montagem de um galpão e o referido senhor contratou informalmente Walyson Carvalho Germano na função de auxiliar. Ocorre que o Sr. Walyson (*de cujus*) veio a óbito em virtude de acidente de trabalho. Nessa conjuntura, o INSS entrou com a presente ação regressiva em face do Sr. Francisco Pastor e da empresa LOCBOX, buscando o ressarcimento pelos gastos com a pensão do Sr. Walyson.

6. Compulsando os autos, verifica-se que, no momento do acidente, o *de cujus* utilizava cinto de segurança, o qual tinha duas pontas, uma para ser fixada em uma terça e outra para ser fixado em uma diversa, a fim de dar sustentáculo em caso de ruína. Todavia, antes que o Sr. Walyson atasse a outra ponta do cinto em outra terça, aquela que suportava o seu peso quebrou. Assim, é evidente que não restou configurada a culpa gravíssima ou o dolo dos réus no acidente.

7. Nessa toada, é válido destacar que esse Órgão Colegiado, em outros julgados, decidiu que as empresas são obrigadas a recolher contribuição segundo o grau de risco das atividades desenvolvidas pelos seus empregados [Seguro de Acidente de Trabalho] e que o valor daquelas majoram conforme o número e a gravidade dos custos dos acidentes ocorridos no último biênio [Fator Acidentário de Prevenção], de modo a ser incabível a pretensão do Instituto Nacional do Seguro Social de reaver os valores pagos à vítima ou a sua família, decorrentes de acidente do trabalho, em inaceitável *bis in idem* Precedentes: AC 567687/PE, des. Ivan Lira de Carvalho (convocado), julgado em 21 de junho de 2016; AC 568796/CE, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado em 27 de maio de 2014.

8. Sendo certo que os ônus dos pagamentos dos benefícios previdenciários são suportados pelas contribuições das empresas e segurados, não faria sentido assegurar ao INSS o ressarcimento dos valores que despense com acidentes, salvo quando decorram de culpa gravíssima ou dolo do empregador, o que não restou demonstrado no presente caso. Precedentes: Processo: 00004030820124058201 Apelação Cível - Ac/Pb, Desembargador Federal Vladimir Carvalho, Segunda Turma, Julgamento: 18/04/2017; Processo: 00056851020104058100 Apelação Cível - Ac/Ce, Desembargador Federal Ivan Lira De Carvalho (Convocado), Segunda Turma, Julgamento: 07/02/2017.

9. Dada a inversão de sucumbência, fixa-se os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação em desfavor do INSS, em conformidade com o art.85, §§ 1º e 2º do CPC, haja vista o presente processo ter sido proposto em 31/01/2017.

10. Apelação provida para julgar improcedente o pedido do INSS.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 1.073/1.076).

Nas suas razões, o recorrente aponta violação do art. 120 da Lei 8.213/1991, sustentando a possibilidade do manejo de ações regressivas acidentárias contra as empresas responsáveis, nas hipóteses de concessão de benefícios acidentários em que houve negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para proteção individual e coletiva.

Alega que "o eventual pagamento do seguro de acidente do trabalho – SAT pela recorrida não elide sua responsabilização pelo acidente que vitimou fatalmente o trabalhador segurado", não se caracterizando o *bis in idem* (e-STJ fl. 1.110).

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.131/1.137.

Juízo positivo de admissibilidade consta à e-STJ fl. 1.140.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que não prospera a irresignação.

É remansosa a jurisprudência desta Corte no sentido de que a Contribuição para o SAT não exime o empregador da sua responsabilização por culpa em acidente de trabalho, nos termos do art. 120 da Lei 8.213/1991.

Ilustrativamente:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA MOVIDA PELO INSS EM FACE DE EMPRESA RESPONSÁVEL POR ACIDENTE DE TRABALHO. INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DOS ARTS. 22 DA LEI 8.212/91 E 120 DA LEI 8.213/91. A CONTRIBUIÇÃO AO SAT NÃO ELIDE A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA. AGRAVO INTERNO DA OI S/A A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que o recolhimento do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT não impede a cobrança pelo INSS, por intermédio de ação regressiva, dos benefícios pagos ao segurado nos casos de acidente do trabalho decorrentes de culpa da empresa por inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho.

2. Precedentes: AgRg no REsp. 1.543.883/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13.11.2015; AgRg no REsp. 1.458.315/SC, Rel. Min. MAURO

CAMPBELL MARQUES, DJe 1.9.2014; AgRg no AREsp. 294.560/PR, Rel. Min.

HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2014 e EDcl no AgRg nos EDcl no REsp. 973.379/RS, Rel. Min. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, DJe 14.6.2013.

3. Agravo Interno da OI S/A a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.353.087/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 31/10/2017).

No presente caso, o *decisum* questionado, com suporte no material probatório colacionado, concluiu que não restou comprovado o dolo e/ou a culpa gravíssima da empregadora quanto ao acidente sofrido por seu empregado, sendo incabível a presente ação regressiva, *in verbis* (e-STJ fls. 1.004/1.005):

Compulsando os autos, verifica-se que, no momento do acidente, o *de cujus* utilizava cinto de segurança, o qual tinha duas pontas, uma para ser fixada em uma terça e outra para ser fixado em uma diversa, a fim de dar sustentáculo em caso de ruína. Todavia, antes que o Sr. Walyson atasse a outra ponta do cinto em outra terça, aquela que suportava o seu peso quebrou. Assim, é evidente que não restou configurada a culpa gravíssima ou o dolo dos réus no acidente.

Nessa toada, é válido destacar que esse Órgão Colegiado, em outros julgados, decidiu que as empresas são obrigadas a recolher contribuição segundo o grau de risco das atividades desenvolvidas pelos seus empregados [Seguro de Acidente de Trabalho] e que o valor daquelas majoram conforme o número e a gravidade dos custos dos acidentes ocorridos no último biênio [Fator Acidentário de Prevenção], de modo a ser incabível a pretensão do Instituto Nacional do Seguro Social de reaver os valores pagos à vítima ou a sua família, decorrentes de acidente do trabalho, em inaceitável. Precedentes: AC bis in idem 567687/PE, des. Ivan Lira de Carvalho (convocado), julgado em 21 de junho de 2016; AC 568796/CE, des. Paulo Roberto de Oliveira Lima, julgado em 27 de maio de 2014.

Sendo certo que os ônus dos pagamentos dos benefícios previdenciários são suportados pelas contribuições das empresas e segurados, não faria sentido assegurar ao INSS o ressarcimento dos valores que despende com acidentes, salvo quando decorram de culpa gravíssima ou dolo do empregador, o que não restou demonstrado no presente caso. Precedentes: Processo: 00004030820124058201 Apelação Cível - Ac/Pb, Desembargador Federal Vladimir Carvalho, Segunda Turma, Julgamento: 18/04/2017; Processo: 00056851020104058100 Apelação Cível - Ac/Ce, Desembargador Federal Ivan Lira De Carvalho (Convocado), Segunda Turma, Julgamento: 07/02/2017.

A alteração desse específico ponto do julgado, considerando, em especial, o pedido de reconhecimento de culpa da empresa pelo não cumprimento de normas legais, demandaria o reexame fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial em virtude do que dispõe a Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM O FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. REVISÃO DA CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1. Aplica-se a Súmula 283/STF, quando o recurso especial não impugna

fundamento suficiente, por si só, para manter o acórdão recorrido.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que restou caracterizada a responsabilidade do empregador, consideradas as peculiaridades do caso concreto, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice da

Súmula 7 desta Corte.

3. Agravos regimentais a que nega provimento. (AgRg no AREsp 597.276/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 04/03/2015). (Grifos acrescidos).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA DO ART. 120 DA LEI 8.213/1991. LEGITIMIDADE ATIVA DO INSS. INDENIZAÇÃO. COMPENSAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SAT. IMPOSSIBILIDADE. CULPABILIDADE E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. O INSS tem legitimidade para pleitear o ressarcimento previsto no art. 120 da Lei 8.213/1991.

2. É assente nesta Corte Superior que a contribuição ao SAT não exime o empregador da sua responsabilização por culpa em acidente de trabalho, conforme art. 120 da Lei 8.213/1991. Nesse sentido: REsp 506.881/SC, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca; Quinta Turma, DJ 17.11.2003; e EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 973.379/RS, Rel. Ministra Alderita Ramos de Oliveira (Desembargadora Convocada do TJ/PE), Sexta Turma, DJe 14.06.2013.

3. O acórdão recorrido entendeu haver negligência do ora agravante, pois contribuiu para o acidente de trabalho, de forma que tal fato para ser infirmado exige o revolvimento fático-probatório vedado pela Súmula 7/STJ.

(...)

5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 294.560/PR, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 22/4/2014).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC de 2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Determino a majoração dos honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor fixado na origem, nos termos do art. 85, § 4º, II, do CPC de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator